

MONARQUIA E CAPITALISMO

Décio Saes
Universidade Estadual de Campinas

RESUMO

O objetivo do artigo é responder a seguinte questão: a Monarquia, como instituição, choca-se com as características centrais do Estado capitalista, ou logra acomodar-se à sua estrutura? Nesse caso, qual é a sua função política? O primeiro passo é a conceituação de "Monarquia" e de "República" como modos alternativos de investidura do chefe de Estado, possíveis em tipos históricos diversos de Estado (escravista, feudal, capitalista) e em formas diversas de Estado (democrático, ditatorial). Genericamente, a Monarquia suscita nas massas a emergência da consciência de súdito (sentimento de fidelidade pessoal ao chefe de Estado). No Estado capitalista, em particular, a presença da Monarquia ou determina a articulação da consciência de súdito com a consciência de cidadania (caso em que pode ser bloqueado o desenvolvimento de uma consciência de cidadania propriamente política); ou então frustra a emergência até mesmo de uma consciência de cidadania civil em setores sociais determinados (campesinato). Em qualquer um desses casos, a Monarquia reforça a ação estatal bloqueadora do desenvolvimento ideológico e político das classes populares; e contribui, ao simbolizar a continuidade do aparelho de Estado (capitalista), para a diminuição do impacto das crises políticas.

PALAVRAS-CHAVE: *Monarquia, Estado capitalista, cidadania.*

I. INTRODUÇÃO

Os monarquistas brasileiros obtiveram uma pequena porém efetiva vitória política, ao lograrem introduzir na Constituição Brasileira de 1988 um dispositivo (o artigo 2º. do "Ato das Disposições Constitucionais Transitórias") determinando a realização, em 1993, de um plebiscito sobre as assim chamadas "formas de governo" (República x Monarquia). Essa vitória, porém, não tem induzido as demais correntes políticas - e, aqui, pensamos especialmente nas correntes políticas de esquerda - a analisar sistematicamente as implicações

políticas da proposta de restauração da Monarquia no Brasil. Esse desinteresse de praticamente todas as correntes políticas no que diz respeito ao significado político da proposta monarquista de certo modo se explica, e mesmo se justifica, pelo fato de que essa proposta não parece contar com uma base sequer razoável de apoio social no Brasil. Diante da inexpressividade do movimento monarquista, as demais correntes políticas tendem a considerar essa proposta como uma excentricidade, ou como o derradeiro espasmo político de um grupúsculo ultra-conservador.

Já o pesquisador de Ciência Política não pode se comportar como as correntes políticas republicanas. Enquanto cientista, ele deve, ainda que reconhecendo a inexpressividade do movimento monarquista no Brasil, olhar de um outro modo a proposta de restauração da Monarquia. Esse outro olhar se impõe, no mínimo, pelo fato de que a pretendida restauração da Monarquia estaria longe de transformar o Brasil num caso excepcional e extravagante no quadro dos Estados capitalistas contemporâneos. Observando rapidamente o mundo atual, podemos fazer algumas constatações a esse respeito. Em primeiro lugar, a Monarquia existe em inúmeros países capitalistas avançados, como a Grã-Bretanha, os países escandinavos (Suécia, Noruega, Dinamarca), os países do BENELUX (Bélgica, Holanda, Luxemburgo) ou o Japão. Em segundo lugar, na Espanha de 1975 - então considerada como "periferia" da Europa capitalista -, a derrubada do franquismo e a redemocratização do Estado se fizeram acompanhar da restauração da Monarquia. Em terceiro lugar, existem, hoje, propostas de restauração da Monarquia até mesmo em países do antigo bloco comunista, como a Rússia ou a Romênia.

A consideração desses fatos nos leva, antes de mais nada, a concluir que a Monarquia não é um tema do passado, mesmo considerando a derrota dos monarquistas no plebiscito de 1993. E, mais ainda, ela nos obriga a reconhecer que a instituição da Monarquia tem coexistido, na prática, com Estados capitalistas, inclusive em países avançados do Primeiro Mundo. Essas conclusões nos estimulam a tratar em termos teóricos as seguintes questões: A Monarquia, como instituição, choca-se com as características

centrais do Estado Capitalista? Ou ela pode, ao contrário, acomodar-se a sua estrutura? E, no caso de essa acomodação ser possível, qual é a função política da Monarquia dentro do Estado capitalista?

Para tratarmos sinteticamente essas questões, teremos previamente de reconceituar a Monarquia e o Estado capitalista. A seguir, poderemos tentar a caracterização dos termos da coexistência (conflituosa ou funcional) entre ambos.

II. OS CONCEITOS DE MONARQUIA E ESTADO CAPITALISTA

A análise, que empreenderemos a seguir, do modo de coexistência entre Monarquia e Estado capitalista toma como pontos de partida uma certa teoria do Estado em geral e uma certa teoria do Estado capitalista em particular¹. Essas premissas teóricas implicam o abandono de certas acepções que a expressão "Monarquia" - e, complementarmente, a expressão "República" - assumiram no passado.

Nalguns contextos históricos, a expressão "Monarquia" foi utilizada, em linguagem política corrente, para designar um tipo histórico pré-capitalista de Estado (como Estado antigo ou Estado medieval), cabendo à expressão "República" designar um tipo de Estado radicalmente diferente: o que chamaríamos hoje de um Estado burguês moderno ou Estado capitalista. Tome-se, a título de exemplo, o discurso

¹ A teoria do Estado em geral é a teoria marxiana do Estado, codificada por Engels em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*; a teoria (marxista) do Estado capitalista em particular é aquela apresentada por Nicos Poulantzas em *Pouvoir politique et classes sociales*.

republicano de líderes políticos e intelectuais como Silva Jardim e Alberto Salles no Brasil da década de 1880. Nesse discurso, "ordem monárquica" equivale a "ordem social fundada no privilégio" e "ordem republicana" significa "ordem social fundada na meritocracia e na cidadania".

Noutros contextos históricos, a expressão "República" chegou a ser usada para designar a forma democrática de Estado, cabendo à expressão "Monarquia" designar um Estado ditatorial ou "tirânico". Essas acepções aparecem - e muito provavelmente refletem um certo uso social das expressões - em obras históricas de Marx, como *O dezoito brumário* e *As lutas de classes na França*.

Hoje, não podemos mais manter essas acepções de "Monarquia" e de "República" na análise política, pois elas indicam um amálgama, praticado na linguagem política corrente e transposto para o pensamento político mais elaborado, entre diferentes ordens de fenômeno político. As expressões "Monarquia" e "República" não podem mais ser usadas para designar diferentes tipos históricos de Estado (pré-capitalista, capitalista) ou diferentes formas de Estado (ditadura, democracia).

No quadro da teoria marxiana do Estado em geral e da teoria de Poulantzas sobre o Estado capitalista em particular, "Monarquia" e "República" devem ser usadas para designar *modos específicos de investidura do chefe de Estado*, sendo este cargo definido pela sua função de simbolizar a unidade do aparelho de Estado. "Monarquia" designa, portanto, um modo dinástico e hereditário de definição da chefia de Estado, enquanto "República" se configura como a negação do critério

dinástico e hereditário de definição da chefia de Estado, correspondendo à desaristocratização da investidura do chefe de Estado.

Esses modos diferenciados de investidura do chefe de Estado não correspondem, um a um, a tipos históricos diversos de Estado; cada um desses tipos pode abrigar tanto um como outro desses modos de investidura. A instituição monárquica existiu em Estados feudais como o francês, o belga, o inglês, etc., na Idade Média; em Estados do modo de produção asiático como o Egito do período dos faraós; e em Estados capitalistas da atualidade, como o britânico, o japonês, etc. Quanto à instituição republicana, ela existiu em Estados escravistas, como a Roma ou a Atenas da Antiguidade; em Estados feudais, como certas cidades italianas ou holandesas da Idade Média; em Estados capitalistas da atualidade, como o norte-americano, o francês ou o brasileiro.

Esses modos diferenciados de investidura do chefe de Estado também não correspondem, um a um, as formas diversas de Estado; cada uma dessas formas pode abrigar tanto um como outro desses modos de investidura. A Monarquia se articulou tanto a Estados ditatoriais (por exemplo: as monarquias absolutas) quanto a Estados democráticos (por exemplo: as Monarquias constitucionais e parlamentares da Europa do Norte). A República se articulou tanto a Estados ditatoriais (por exemplo: as ditaduras militares da América Latina ou as *Signorias* italianas dos fins da Idade Média) quanto a Estados democráticos (por exemplo: as democracias da França, Itália ou EUA atuais).

Esclarecidas essas relações da Monarquia e da República com os tipos

históricos de Estado e com as formas de Estado, devemos indicar as características da Monarquia enquanto modo específico de investidura do chefe de Estado.

A Monarquia, enquanto instituição política, implica a adoção do costume e da tradição aristocráticos como critérios para a escolha do chefe de Estado; o monarca é sempre egresso de uma família aristocrática (inclusive nas monarquias eletivas), e transmite hereditariamente o seu cargo justamente por ser membro da aristocracia (ou então transmite hereditariamente, no caso das monarquias eletivas, a condição de membro do círculo aristocrático que fornece os postulantes ao cargo de monarca). Desse modo, o costume e a tradição aristocráticos legitimam a escolha do chefe de Estado; e a religião, por sua vez, é chamada a legitimar o costume e a tradição aristocráticos: o aristocrata que acede ao cargo de chefe do Estado é considerado pelas autoridades religiosas como um homem abençoado, desde o seu nascimento ou a partir de sua consagração (conforme a variante de monarquia), pela graça divina.

Mas quais são os efeitos ideológicos produzidos, numa formação social qualquer, pela adoção de modo monárquico de investidura do chefe de Estado? Inspirando-nos em João Carlos Brum Torres², diremos que o funcionamento da instituição monárquica, numa formação social qualquer, desencadeia a operação ideo-

lógica de personalização do aparelho de Estado e do poder de Estado. Essa personalização do Estado se faz acompanhar, na direção oposta, de uma desindividualização do titular do cargo de Monarca. Isto significa que é figura do Monarca enquanto Monarca, e não a personalidade individual que ocupa esse cargo, que se impões ideologicamente aos seus súditos.

Cabe agora definir a natureza exata da relação ideológica que se trava entre o Monarca e o Povo. A Monarquia implica o estabelecimento, no plano macropolítico, de uma relação ideológica de fidelidade pessoal do Povo ao Monarca. Tal relação é análoga aquela que se travava, no feudalismo, entre os camponeses dependentes e o senhor feudal. Ou melhor: o vínculo de lealdade pessoal que une o súdito ao Monarca é a reprodução, no plano da relação do Estado com as classes dominadas, da relação de dominação pessoal que se travava, no feudalismo, entre senhor e camponês dependente.

Chegamos, desse modo, à questão central deste artigo: se o funcionamento da instituição monárquica deflagra um processo particular de dominação ideológica que é análogo ao processo geral de dominação ideológica típico do feudalismo, como é possível a sua articulação a um Estado capitalista? Para respondermos essa questão, temos de saber o que é o Estado capitalista; devemos, portanto, tratar aqui do conceito de Estado capitalista. Não exporemos todos os aspectos desse conceito, construído em empreitada teórica megalítica por Nicos Poulantzas³. Do conceito poulantziano de Estado capitalista, mencionaremos aqui um único aspecto, cuja abordagem é indispensável ao tratamento da questão central deste

2 Consultar João Carlos Brum Torres, 1989, Capítulo I ("O Ministério da Monarquia"); e, especialmente, o aproveitamento que o autor faz, no item 2 desse capítulo, das informações de Otto Gierke (*Political Theories of the Middle Age*) sobre a instituição monárquica.

3 Esse conceito se acha exposto em *Pouvoir politique et classes sociales*, 2 vol., Ed. François Maspero, Paris, 1968, capítulo II. "L'Etat capitaliste".

artigo. Ou seja: o Estado capitalista se especifica por aplicar às relações sociais um conjunto de normas - isto é, um direito - que igualizam homens inseridos em diferentes lugares (proprietário dos meios de produção, produtor direto não proprietário) do processo social de produção. Por essa via, o Estado capitalista converte todos os homens, independentemente de sua situação econômica, em sujeitos individuais de direitos.

Ao impor esse conjunto de normas igualizadoras a todos os homens, qualquer que seja a sua condição sócio-econômica, o Estado capitalista cria a *forma ideológica da cidadania*. A operação da cidadania significa que todos os homens passam a se sentir em situação igual diante do Estado (é o sentimento de igualdade de uns e de outros enquanto relacionados ao Estado), e a se considerar envolvidos numa relação impessoal com o Estado. O efeito político principal da imposição dessas normas igualizadoras e da criação da *forma-cidadania* é a individualização dos membros das classes sociais antagônicas e, nessa medida, a própria atomização dessas classes sociais antagônicas.

Os Estados pré-capitalistas (como o Estado antigo, ou o Estado feudal) não impunham às relações sociais normas igualizadoras, nem promoviam a criação da forma-cidadania; por isso, o seu funcionamento não era suscetível de produzir o efeito político de individualização dos membros das classes sociais antagônicas e de atomização dessas mesmas classes sociais.

Mas qual é a consequência específica, no plano da legitimação do próprio Estado capitalista, da aplicação de normas igualizadoras e da operação da cidadania? O Estado capitalista, na medida

em que converte todos os homens em sujeitos individuais de direitos, cria a forma-cidadania e atomiza as classes sociais através da individualização dos seus membros, tem necessariamente de se apresentar como representante da somatória de todos esses indivíduos por ele criados: isto é, como representante de todo o Povo. Nessa medida, o Estado capitalista se legitima pelo princípio da representação popular, ou da soberania popular no Estado.

III. CONSCIÊNCIA DE SÚDITO E CONSCIÊNCIA DE CIDADANIA

Neste ponto, podemos voltar à nossa questão básica: como é possível a articulação da instituição monárquica, que se legitima pelo costume aristocrático e confere a todos os homens a condição de súditos, com o Estado capitalista, que se legitima pelo princípio da representação popular e confere a todos os homens a condição de cidadãos? Essas instituições diversas - monarquia, Estado capitalista - não produzem efeitos ideológicos contraditórios? E, nesse caso, a sua coexistência não é necessariamente conflituosa e, portanto insuscetível de perdurar por muito tempo?

A resposta a essa questão - ou conjunto de questões - não é simples. Para respondê-la, temos de considerar, do ponto de vista teórico, duas hipóteses. Na primeira hipótese, a consciência de súdito se articula de um modo complexo à consciência de cidadania. Tal articulação é teoricamente possível; ela se concretiza quando o indivíduo pensa que tem direitos perante o Estado na medida em que tais direitos lhe foram outorgados pelo monarca, e quando,

complementarmente, ele pensa que tem deveres para com o Estado na medida em que deve prestar fidelidade pessoal ao Monarca.

Nesse caso, a consciência de cidadania não descarta a consciência de súdito; aqui, a consciência de cidadania se realiza concretamente com a mediação da consciência de súdito. Essa articulação complexa de duas formas diversas de consciência não leva o indivíduo a descreditar da cidadania em sua dimensão básica, civil; nesse sentido, ela é plenamente funcional para conservação do Estado capitalista.

E mais ainda: essa articulação pode minar o desenvolvimento de uma consciência de cidadania propriamente política, bloqueando a emergência da aspiração popular à participação política efetiva. Entenda-se que esse bloqueio nada tem de funcional para a conservação do Estado capitalista. Para constatá-lo basta percorrer as formulações de inúmeros cientistas políticos neo-liberais (de Schumpeter a Lipset), para os quais uma boa dose de *apatia política* é indispensável ao bom funcionamento das instituições democráticas do Estado dito ocidental (vale dizer, do Estado capitalista).

Numa segunda hipótese, a instituição monárquica, de um lado, e a estrutura do Estado capitalista, de outro, produzem *efeitos ideológicos compartimentados*, que incidem sobre diferentes classes sociais e, portanto, não chegam a entrar em contradição. Isto é: por um lado, a monarquia polariza ideologicamente setores camponeses ainda inseridos em relações de produção pré-capitalistas e, portanto, envolvidos em relações de lealdade pessoal com os proprietários de terra. Nesse caso, tais setores camponeses resumirão a sua relação com o Estado à pura relação de

fidelidade pessoal com o Monarca; e frustrar-se à emergência não só da consciência da cidadania propriamente política como também da consciência de cidadania elementar, puramente civil. Esse quadro nada tem de disfuncional para o Estado capitalista, pois a submissão ideológica das classes populares é sempre favorável à sua conservação, mesmo quando tal submissão não se processa por uma via especificamente capitalista.

De outro lado, nesta mesma hipótese, as massas trabalhadoras urbanas permanecem, em parte ou no todo, estritamente submetidas aos efeitos ideológicos emanados da estrutura do Estado capitalista; e desenvolvem exclusivamente uma consciência de cidadania. Pelo fato de já terem se libertado das relações de dominação pessoal, ainda vigentes em certas áreas rurais, essas classes podem se mostrar indiferentes à suprema relação de lealdade pessoal que é aquela que se trava entre um monarca e o súdito. Assim, tais classes permanecem imunes aos efeitos ideológicos da presença da Monarquia, e desenvolvem até mesmo uma hostilidade, maior ou menor (que vai desde a postura irônica até a crítica aberta), com relação a essa instituição. Entenda-se que a hostilidade popular à Monarquia não é disfuncional para a conservação do Estado capitalista, pois a crítica ao princípio aristocrático não leva, por si só, ao desvendamento da essência do Estado capitalista (isto é, a sua natureza de classe). Esse ponto foi sublinhado por Marx nas suas obras históricas: ali onde existe uma Monarquia, é possível que as classes populares queiram derrubá-la com o objetivo precípuo de integralizar a cidadania, nos limites do Estado capitalista.

Em nenhuma das duas hipóteses que construímos, podem ser detectados efeitos ideológicos da coexistência entre a Monarquia e a estrutura do Estado capitalista que sejam prejudiciais para a conservação desse Estado. Bem pelo contrário: a exploração teórica dessas hipóteses nos permite sustentar que a Monarquia tende a funcionar, nas formações sociais capitalistas, como um elemento de reforço dos mecanismos ideológicos de conservação do Estado capitalista.

IV. AS FUNÇÕES POLÍTICAS DA MONARQUIA NO ESTADO CAPITALISTA

Podemos agora, à guisa de conclusão, enunciar as funções políticas da Monarquia no Estado capitalista. São essas funções que convertem a Monarquia numa instituição duradoura em vários Estados capitalistas da atualidade, e provocam a emergência de correntes monarquistas em países onde o Estado capitalista se articula à instituição republicana.

A primeira dessas funções políticas é a função de reforçar a ação que o Estado capitalista implementa no sentido de bloquear o desenvolvimento ideológico e político das classes populares. A monarquia desempenha tal função por duas vias distintas.

A primeira via consiste em bloquear a emergência de uma consciência de cidadania política (aspiração à participação política efetiva) nos setores das classes populares já adotados de uma consciência de cidadania civil.

A segunda via consiste em reforçar as formas de consciência pré-capitalista nos setores das classes populares que se quer chegaram à consciência de cidadania civil. A segunda dessas funções polí-

ticas é a função de simbolizar a continuidade do aparelho de Estado (capitalista); isto é, de representar a eternização do aparelho de Estado (capitalista), por cima das sucessivas mudanças de governo. Essa função política não desprezível de um ponto de vista conservador, já que a imagem de "vacância de poder" - ou "vazio de poder" - constitui, nos Estados capitalistas, um fator de amplificação das crises políticas, na medida em que pode incentivar a intervenção das massas na cena política. A monarquia, ao simbolizar a continuidade do aparelho de Estado (capitalista), contribui para o enfraquecimento dessa imagem e, conseqüentemente, para a diminuição do impacto das crises políticas.

Os monarquistas brasileiros defenderam a instituição monárquica, apresentando-a como um fator de estabilidade política nas sociedades contemporâneas; e recorreram, nessa defesa, ao argumento progressista segundo o qual a Monarquia seria, nos países politicamente instáveis, um anteparo contra os golpes militares. Sinalizam, assim o papel positivo que a Monarquia teria a desempenhar na conservação de uma forma particular de Estado capitalista e de um tipo particular de regime político capitalista (o democrático). Porém, a corrente monarquista brasileira silencia sobre as funções que a Monarquia desempenharia na conservação do próprio Estado capitalista: bloqueio do desenvolvimento ideológico e político das classes populares, atenuação do impacto das crises políticas que coloquem em perigo - pela intervenção independente das massas na cena política - a dominação política capitalista.

O discurso monarquista brasileiro é, aparentemente, o discurso de defesa da estabilidade da forma democrática de

Estado e do regime político democrático; no seu centro (oculto), entretanto, está a postura de defesa da estabilidade do próprio Estado capitalista. Aparentemente, o que preocupa os monarquistas brasileiros é a instabilidade política decorrente de conflitos travados no seio das classes dominantes e temporariamente resolvidos através de golpes militares. Porém, ninguém - nem mesmo os monarquistas brasileiros - pode ignorar que a maior fonte potencial de instabilidade política no Brasil atual é a não-incorporação das massas aos benefícios do capitalismo. Nesse contexto, a Monarquia desempenharia o papel - o mais importante no terreno da conservação do Estado capitalista - de um remédio preventivo para a instabilidade política que decorreria de qualquer tipo de ofensiva

política - eleitoral ou não - das classes populares.

A Monarquia tenderia portanto a desempenhar, num Estado capitalista como o brasileiro, as duas funções políticas conservadoras acima mencionadas. Por isso, incumbe aos intelectuais brasileiros politicamente comprometidos com as classes populares fazer esses esclarecimentos teóricos sobre o caráter essencialmente conservador e anti-popular da proposta de restauração da Monarquia no Brasil.

Décio Saes é professor titular de Ciência Política na UNICAMP e autor, entre outros livros, de A Formação do Estado burguês no Brasil (1888-1891).

BIBLIOGRAFIA

BRUM TORRES, João Carlos. (1989). *Figuras do Estado Moderno*. São Paulo. Brasiliense/CNPq.

POULANTZAS, Nicos. (1968). *Pouvoir politique et classes sociales*. 2 vols. Paris, Maspero.